

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR 19/05/2010

Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e dez, às quinze horas e vinte minutos, na sala de reuniões do Campus Maracanã do **Instituto Federal do Rio de Janeiro**, teve início a reunião do Conselho Superior do IFRJ, sob a Presidência do Professor Luiz Edmundo Vargas de Aguiar, substituto legal do Magnífico Reitor, Presidente do Conselho Superior, Prof. Fernando Cesar Pimentel Gusmão. Prof. Luiz Edmundo contou com a presença dos senhores (as) Conselheiros (as): Eudes Pereira Souza Júnior, Francisco da Silva Esteves, Marcos de Castro Pena, Luiz Fernando da Silva Caldas, Rafael Barreto Almada, André Ricardo S. Filgueiras, Carlos Heráclio Marques, Geisler Vanil Alves da Silva, Lucas Cavalieri Carreiro, José Airton Monteiro, Paulo Chagas, Sonia Maria de Almeida, Cláudia dos Reis Ferreira, Regina Helena Malta do Nascimento, Lúcia R. dos Santos Reis, Zelma Fabri Marão, Miguel Badenes Prades Filho e os convidados: Professora Rosângela Aquino da Rosa Damasceno, Prof.^a Ana Graça Valle de Carvalho, Prof. Álvaro Simões Corrêa Neder, Prof. Daniel Oliveira de Lima, Prof.^a Patrícia Teles Álvaro, Prof.^a Ângela Maria da Costa Silva Coutinho e o Pró-reitor de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação, Prof. Marcos Tadeu Couto. O Presidente iniciou, anunciando a presença dos Conselheiros: Miguel Badenes, Representante titular do MEC; Zelma Marão, Representante titular da Fecomércio e Regina Malta, Representante suplente da Firjan, compondo, pela primeira vez, o Conselho Superior. Em seguida, sendo consenso geral, o Presidente estabeleceu um teto de 2 horas para o término da reunião, lendo, logo após, os pontos da pauta. O Conselheiro Francisco Esteves sugeriu que não fosse lida a Ata da última reunião, já que a mesma foi divulgada antecipadamente por email e não houve manifestações para alterações. O Conselheiro Marcos Pena pediu que ficasse incluída na referida Ata a autorização para gravação das reuniões. Dessa forma, a Ata foi aprovada por unanimidade, com as devidas ressalvas. Seguindo a ordem do dia, o Presidente perguntou se havia, por parte dos Conselheiros, alguma comunicação a ser feita, e, não havendo manifestações, o Presidente deu seguimento à reunião, pedindo a apresentação do tópico acerca da apreciação da alteração da denominação do curso Técnico em Sistemas a gás para curso Técnico em Mecânica e consequentes alterações na matriz curricular. Antes, porém, do início da apresentação, o Presidente lembrou que o IFRJ é a única instituição que compõe um conselho acadêmico para cada modalidade de ensino e que todos os assuntos que versam sobre matriz curricular e suas alterações são exaustivamente discutidos nesses conselhos, que são compostos por representantes eleitos em todos os Campi. Dando seguimento, o Prof. Daniel, do Campus Paracambi, seguiu com a apresentação, inicialmente justificando as necessidades das alterações do curso, por conta da dificuldade de obtenção de estágio e também pelo interesse das empresas por um curso mais tradicional como o de Mecânica. Desta forma, as alterações propostas tornariam o curso mais abrangente e contemplado em muitos concursos públicos. Após o término da exposição, o Prof Daniel abriu espaço para perguntas. O Conselheiro Marcos Pena perguntou se houve pesquisa para atender as expectativas de mercado. Prof. Daniel respondeu que a pesquisa realizada apontou para o desenvolvimento de novas empresas da região e que, para essas empresas, seria um ponto positivo ter como estagiários os alunos da região. O Presidente aproveitou a oportunidade para dizer que havia participado de uma reunião em Paulo de Frontin com a Secretaria de Desenvolvimento do Estado, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, a Brascon, o Sebrae, entre outras instituições, e anunciou que há uma iniciativa em se montar pólos industriais naquela região, confirmando, assim, a necessidade de mão-de-obra de Técnicos em Mecânica. O Conselheiro Lucas Cavalieri, representante dos discentes, quis deixar registrado que houve aprovação, por escrito, de todos os alunos, a respeito

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR
19/05/2010

50 da transformação do curso, pois viram as dificuldades que seus colegas dos períodos
mais adiantados tiveram para conseguir estágio. O Conselheiro Eudes Souza perguntou
se houve consulta a documentos que, em sua opinião, seriam de grande importância
para a implantação de um curso. Tais documentos seriam: Perspectivas do mercado da
55 indústria brasileira, Portal empresarial do Sebrae, Indicadores de mercado 2010 da
Firjan, entre outros. Prof Daniel respondeu que houve consulta pela Internet,
objetivando averiguar os investimentos das grandes empresas que geram empregos,
como a Petrobrás e a Eletrobrás. O Conselheiro Eudes Souza pediu para fazer a leitura
de um Parecer acerca da gestão do curso de Mecânica em Paracambi. O Conselheiro
pediu ainda que tal Parecer constasse em Ata como anexo. Após todos concordarem
60 com a leitura, O Conselheiro Eudes Souza fez a apresentação do documento e, ao seu
término, o Presidente retomou a palavra, deixando registrado que qualquer curso
aprovado no IFRJ até os dias de hoje foram cursos que passaram pelas consultas
exigidas pelo Conselho atual ou pelos Conselhos anteriores, devidamente aprovadas nos
Conselhos de Ensino e com a pesquisa que ali era realizada, e, sendo assim, de todo o
65 Parecer lido pelo Conselheiro Eudes Souza, excluindo o último item que se referia aos
alunos, o Presidente afirmou que discordava radicalmente do seu conteúdo, pois está
certo de que não houve nenhum período de irresponsabilidade da gestão Institucional, a
não ser que o Conselheiro Eudes Souza estivesse acusando o coletivo da Instituição, que
sempre teve como alicerce a prática de discussões prévias com representantes de todos
70 os Campi e a devida aprovação do Conselho Superior. O Conselheiro Eudes Souza
alertou que os problemas das alterações dos cursos podem ter partido de erros e que os
mesmos deveriam ser assumidos, entretanto o Presidente disse que não considerava
existência de erros no que se refere à aprovação dos cursos, pois para aquele momento,
achou-se que tais cursos eram adequados daquela forma. Seguindo com seu
75 pronunciamento, o Presidente disse que com o forte crescimento econômico do país é
fundamental a condição de flexibilização dos Institutos, no que tange às adequações de
cursos, pois essa prática, sem dúvida, garantirá aos alunos uma melhor oportunidade de
mercado de trabalho. O Presidente prosseguiu ainda, dizendo que a avaliação dos cursos
será sempre momentânea e que, dessa forma, não causaria espanto algum se daqui a
80 dois anos o Campus Paracambi ou qualquer outro Campus tivessem que fazer novas
adequações a seus cursos, a fim de atender as exigências de mercado. Prosseguindo com
as inscrições, o Conselheiro Luiz Fernando tomou a palavra e questionou a carga
horária do curso de Mecânica. O Conselheiro Francisco Esteves alertou para as
exigências de adequação ao catálogo do MEC que está cada vez mais enxuto. O
85 Conselheiro Marcos Pena demonstrou preocupação quanto à abertura de novos cursos e
pediu para se estabelecer um parâmetro, propondo que houvesse uma metodologia mais
eficiente. O Presidente concordou com a proposta e disse que no IFRJ sempre houve
normas para abertura de novos cursos e que, certamente, precisam ser renovadas e, para
colaborar com o tema, anunciou que estão começando a implantar o Observatório do
90 mundo do trabalho, por exigência do MEC, que resolverá tais questões de maneira
profissional. Complementando com mais informações, o Presidente lembrou que a
Fecomercio, Firjan e Federação da Agricultura, este último não participante do Conselho, tiveram assento no Conselho enquanto
Conselho Diretor, sendo pareceristas na abertura de cursos novos. A Conselheira Regina
95 Malta, representante da Firjan, afirmou que as argumentações apresentadas para a
alteração do curso, pelo Prof. Daniel, vinham ao encontro das expectativas da entidade
que ela representa. Para encerrar o ponto de pauta, o Presidente perguntou se algum
conselheiro seria contrário às alterações do curso de Mecânica e, posto em votação, o

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR
19/05/2010

100 curso foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro Eudes Souza lembrou que havia
pedido para anexar o Parecer à Ata atual, então O Presidente pôs em votação o pedido
do Conselheiro Eudes Souza e, com 4 votos contra, 6 abstenções e 7 votos a favor, o
Parecer será anexado à Ata, juntamente com as observações feitas ao logo da reunião.
Dando seguimento a pauta, a Prof.^a Ana Graça, do Campus Avançado Arraial do Cabo,
105 apresentou a apreciação da alteração da denominação do curso Técnico em Logística
Ambiental em curso Técnico em Meio Ambiente. A Prof.^a iniciou a apresentação,
justificando a alteração do curso para atender às exigências de adequação ao catálogo
Nacional de cursos do MEC e também para atender a demanda profissional da região. O
Conselheiro Paulo Chagas perguntou como tem sido a questão do estágio do curso em
110 questão. A Prof.^a Ana Graça disse que todos os alunos que terminam o curso estão
inseridos no mercado de trabalho. O Conselheiro Luiz Edmundo colocou em votação a
alteração do curso e, por unanimidade, o curso foi aprovado. O Presidente prossegue
com a pauta acerca do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil – Proeja,
convidando a prof.^a Rosangela Rosa a fazer a apresentação. O Presidente lembrou que o
Regulamento em questão faz parte de um conjunto de projetos de ações das Pró-
115 reitorias que serão apresentados brevemente, em sua totalidade, ao Conselho Superior.
A Prof.^a Rosangela Rosa fez a apresentação, justificando que o Regulamento é uma
exigência do Governo Federal e visa auxílio e permanência ao aluno do Proeja. Foram
questionados os critérios acerca da distribuição das bolsas. O Conselheiro Carlos
Heráclio mencionou o 4º parágrafo do Regulamento, informando que os critérios de
120 distribuição de bolsas não estão claros e pediu para fazer uma pequena alteração. A
Conselheira Sonia Maria questionou sobre o período de renovação de bolsas. A Prof.^a
Rosangela Rosa disse que a renovação será ao final do ciclo. O Presidente colocou o
Regulamento em votação, e, por unanimidade, o Regulamento foi aprovado, incluindo a
ressalva apresentada pelo Conselheiro Carlos Heráclio. Prosseguindo com a pauta, o
125 Presidente chamou o Prof. Álvaro Neder para a apresentação do Projeto Pedagógico do
Curso de Especialização em Produção Cultural com Ênfase em Literatura Infanto-
juvenil. O Prof. Álvaro iniciou a apresentação, justificando que a existência do curso se
deu pela necessidade de prosseguimento dos estudos na área, atendendo assim a
demanda acerca da formação de professores da Baixada Fluminense. O Presidente abriu
130 inscrições para o debate. O Conselheiro Marcos Pena achou o curso interessante, mas
mostrou preocupação com o número de vagas não contempladas, pedindo que fossem
repensados os critérios de seleção, já que isso poderia afetar as questões orçamentárias
da Instituição. O Presidente informou que, antigamente, os cursos Lato Sensu da
Instituição não faziam parte da matriz orçamentária. Eles eram realizados pelas
135 fundações de apoio. Informou ainda que a Instituição sempre foi contrária ao mercado
de cursos tipo MBA e que, em um determinado momento, e por proposta do antigo
Cefet-Química, os cursos Lato Sensu foram incluídos também na Matriz MEC. Disse
que essa Matriz é calculada com base no número de matrículas efetivadas e a projeção
para os anos vindouros é com base naquilo que foi atendido. Dessa forma, afirmou o
140 Presidente, está havendo uma subutilização daquilo que é previsto, tornando a questão
preocupante. Prof. Álvaro lembrou que o corpo docente é inteiramente da graduação,
que o curso é jovem e a natureza do processo é alcançar os objetivos da totalidade de
alunos matriculados. Lembrou que o problema de evasão está sendo observado e que há,
acima de tudo, uma preocupação com a qualidade. O Conselheiro Marcos Pena alertou
145 para o critério de seleção, recomendando um estudo acerca do problema. O Presidente
disse que o problema influenciará fortemente o relatório de gestão anual com base,
sobretudo, no plano de metas. A Prof.^a Ângela Coutinho disse que o curso irá possibilitar

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR

19/05/2010

a continuidade dos estudos, principalmente dos egressos e que houve pedidos para a efetivação do curso. O Conselheiro Miguel Badenes recomendou aos Conselhos Acadêmicos que fossem discutidas questões acerca dos modelos de admissão nos cursos. O Conselheiro Rafael Almada falou que o curso é inovador e que uma discussão acerca da sua importância na Instituição seria mais relevante. O Presidente falou que a consolidação do curso poderá atender a perspectiva de um Mestrado na área. Em seguida, posto em votação, o curso é aprovado por unanimidade. O Presidente anunciou os encaminhamentos a serem adotados, primeiramente sobre a formação de um grupo de trabalho para readequar o Regulamento de abertura de novos cursos, sugerido pelo Conselheiro Marcos Pena. Ficou estabelecido que o grupo será formado por um representante indicado por cada Conselho Acadêmico de Ensino e um representante indicado pela Reitoria. Em seguida, por sugestão do Conselheiro Francisco Esteves, ficou acertada a criação de um link, na página virtual do IFRJ, para apresentar as Resoluções do Conselho Superior. Logo após, o Presidente propôs, por sugestão do Conselheiro Eudes Souza, a criação de um grupo de trabalho para a regulamentação da carga horária docente, ficando estabelecido pelos presentes que os Conselheiros Eudes Souza e Paulo Chagas fossem responsáveis por coordenarem os trabalhos, coletando e produzindo material a ser apresentado, num prazo de noventa dias. Os dados coletados para a produção do material referido deverão ser obtidos em colaboração com as Pró-reitorias de Ensino e os Diretores de Ensino dos Campi. Em seguida, O Presidente anunciou que o Reitor, Prof. Fernando Gusmão, deixou recomendado que fosse constituído um grupo de trabalho para a elaboração do Regimento Geral Interno do Conselho Superior, ficando determinado pelos presentes que esse grupo fosse formado pelos Conselheiros José Airton, Marcos Pena, Paulo Chagas e Sônia Almeida. Prosseguindo com a reunião, o Presidente propôs um grupo de trabalho para a elaboração do Regimento Interno do IFRJ. Os Conselheiros estabeleceram que o grupo fosse formado por 1 (um) representante eleito de cada Campus, coordenados pelos Conselheiros Rafael Almada e Eudes Souza, Titular e Suplente respectivamente. Logo após, O Presidente, a pedido do Conselheiro Paulo Chagas, abriu espaço para debate sobre o reenquadramento e progressão dos Técnicos Administrativos e Docentes. O Conselheiro Paulo Chagas que informou e apresentou documentos sobre a existência de jurisprudência em relação à questão de mudança antecipada de nível de progressão dos Técnico-Administrativos e lembrou que no momento de transição do IFRJ, alguns docentes que foram enquadrados na nova carreira tiveram perda salarial. O Conselheiro Paulo Chagas disse que cabia discussão no Conselho Superior por se tratar de um órgão consultivo e deliberativo. O Presidente explicou que o plano de carreira dos Servidores Técnico-Administrativos não dá oportunidade ao acúmulo e que já houve consulta jurídica ao Procurador do IFRJ, sendo, então, recomendado pelo Ministério do Planejamento, aguardar a regulamentação oficial. O Presidente informou ainda que quanto à questão dos docentes que prestaram concurso quando da vigência do antigo plano de carreira, mas que foram contratados após a promulgação da nova carreira, também já foram tomadas as devidas providências, sendo realizadas gestões junto ao MEC e ao Ministério do Planejamento, por parte do IFRJ e do CONIF, para solucionar a questão. Tomando a palavra, o Conselheiro Francisco Esteves pediu, em nome da servidora Ana Beatriz Tavares, a possibilidade de haver um plano de redistribuição de servidores entre os Campi. O Presidente disse que o Reitor encomendou ao Diretor de Gestão de Pessoas, como tarefa prioritária, juntamente com a auditoria interna, um levantamento a sobre distribuição de docentes e Técnico-administrativos para, a partir daí, se iniciar uma discussão de um plano adequado. O Conselheiro Francisco Esteves

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR
19/05/2010

200 sugere então que o tema seja ponto de pauta para a próxima reunião. Logo após, o Presidente finalizou a reunião às 17h e 30 minutos e nada mais havendo a ser tratado, eu, Simone Corrêa, Secretária do Conselho Superior, encerro a presente Ata, que seguirá assinada por mim e pelo substituto legal do Reitor, Prof. Luiz Edmundo Vargas de Aguiar.

DE: REPRESENTANTE DOS DOCENTES NO CONSELHO SUPERIOR

PARA: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO SUPERIOR

Anexo à Ata da reunião do ConSup do dia 19-05-10

PARECER A RESPEITO DOS ITENS RELATIVOS A PAUTA DE 19/05/2010, PARA CONSTAR EM ATA.

1) Criação do Curso de Mecânica na Unidade de Paracambi

As justificativas apresentadas pelo Campi de Paracambi para a mudança do curso de Sistema em Gás para Curso Técnico de Mecânica parece ser apenas baseada na questão dos profissionais do quadro docente de Paracambi, pois qualquer outro parecer só poderia ser exarado se fossem encaminhados os documentos que são mencionados como justificativa:

- 1- a análise feita ao longo do desenvolvimento do curso, relativa às expectativas em relação ao crescimento do setor produtivo (gás) na região, que não se consolidou (mudança de cenário);
- 2- aumento da demanda por técnicos em mecânica, habilitação pertencente ao mesmo eixo tecnológico do curso.

Considero também que a falta de oferta de estágios para os alunos configura um grande equívoco quando da criação do curso, portanto não servindo como justificativa.

Torna-se importante salientar, mais uma vez, a necessidades da conclusão dos ambientes tecnológicos dos cursos antes de que os mesmos atinjam o momento em que estes ambientes são necessários.

Quanto a adesão dos alunos ao curso me parece um tanto conclusivo pois os alunos ficaram sem opção e não querem ter um diploma de um curso técnico que não tem mercado e muito menos qualquer registro em órgão de classe.

Assim, apesar de todos os passos equivocados, acredito que ficamos numa situação complicada, se não acatar a proposta de transformação, preservando os profissionais que foram contratados para atuar no curso de Sistema em Gás, cabendo lembrar que os mesmos não podem ser nem responsabilizados e nem punidos, pois não estavam nos quadros da instituição no momento da criação do curso. Também não, podemos deixar os alunos que acreditaram na instituição sem uma alternativa digna.

Por fim, considerando a situação atual, aprovo a transformação, com o registro em ata que as únicas justificativas plausíveis no momento são as mencionadas no parágrafo anterior, ficando caracterizado minha discordância com relação aos procedimentos de implementação de novos cursos.

2) Programa de Assistência Estudantil Proeja

Nenhuma objeção ao documento

3) Proposta de alteração da matriz curricular do Curso Técnico em Logística Ambiental, oferecido pelo campus Arraial do Cabo, visando à sua adequação às orientações do atual Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT, instituído pela Resolução CNE/CEB nº 03 de 09 de julho de 2008 .

Por não considerar que seja necessário qualquer parecer de minha parte por entender a proposta encaminhado parecer da área de Meio-Ambiente do Campi Maracanã

Fazendo a leitura da matriz do Curso de Técnico em Meio Ambiente Concomitante ao Ensino Médio do campus Arraial do Cabo, sugiro que seja retirado do texto referente ao perfil do formando (perfil de conclusão) o trecho:

“análise e elaboração de políticas voltadas para a dimensão ambiental; b) auxiliar na elaboração, acompanhamento e execução de instrumentos de gestão ambiental envolvendo: estudos de viabilidade técnico-econômica que requeiram o gerenciamento da qualidade de produtos e serviços e dos resíduos gerados”

Pois se trata de formação de estudantes do ensino médio, sem qualificação e experiência necessários para alcançar tais objetivos. Proponho texto mais enxuto e mais de acordo com a formação de nível médio de nossos formandos.

“O técnico formado por esse curso deverá ser capaz de desenvolver competências e habilidades para atuar em atividades relacionadas à conservação e controle das condições do meio ambiente, na forma de prestação de serviços que requeiram o domínio para: a) atuar nas áreas de segurança e educação ambiental, bem como princípios de preservação, conservação e recuperação de recursos naturais; e, b) obter e interpretar dados qualitativos e quantitativos necessários ao monitoramento dos parâmetros ambientais de água, ar e solo, bem como para o diagnóstico de balneabilidade de sistemas costeiros, em conformidade às normas e legislação ambientais vigentes”.

Outra sugestão é incorporar a disciplina “**Movimentos sociais e meio ambiente**” do 4º período na disciplina de “**Educação Ambiental**” do 1º período, já que existe grande afinidade entre os temas, além de que, também no 1º período, existe a disciplina de “**Geografia política e meio ambiente**”, o que no meu entender poderia dar uma visão

mais global das questões que envolvem a Geografia política e os Movimentos Sociais e suas implicações na visão da aplicação da Educação Ambiental nestes contextos.

Concluo meu parecer parabenizando as Comissões pelo esforço , as vezes demasiado, de apresentarem justificativas ao Conselho Superior e solicito que a CAET ao citar qualquer parecer, estudo ou documento proveniente dos Campi que os encaminhe junto com o material para análise.

EUDES PEREIRA DE SOUZA JUNIOR-REPRESENTANTE DOS DOCENTES NO
CONSELHO SUPERIOR DO IFRJ